

INTERVENÇÃO NO AMBITO DAS OMP (2013-2016), PLANO E ORÇAMENTO PARA 2013

**Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores**

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Não é possível analisar, com o rigor e honestidade intelectual a que estamos obrigados, as propostas de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013 sem atender ao contexto e às circunstâncias em que o País se encontra. Não ter em consideração a conjuntura nacional e o contexto macroeconómico internacional, num momento em que se pondera o nosso presente e o nosso futuro, corresponderia a um

exercício incompetente comprometedor da perceção adequada sobre o que podemos e devemos fazer.

Vivemos momentos históricos. A Europa – como nosso espaço político – atravessa uma perigosa encruzilhada. O País – como nossa economia de referência – vive um dos piores ciclos económicos e sociais desde há largas dezenas de anos. Portugal vive, aliás, pela primeira vez, um ciclo de empobrecimento deliberado, por opção política e ideológica de um Governo.

Nos últimos dias tivemos uma prova no país que o caminho que tem sido seguido não nos trouxe um único benefício, antes pelo contrário, fez-nos regredir em mais de 10 anos.

Depois dos enormes sacrifícios impostos aos contribuintes nos últimos 18 meses e após o maior ataque à classe média de que há memória, depois do discurso radical e **salvífico** de que era necessário ir além da Tróica, a verdade é que a receita da

austeridade radical falhou completamente, a economia soçobrou e a sociedade empobreceu e desestruturou-se.

A dívida pública já só ficará abaixo dos 120% do PIB em 2016 quando antes era em 2015; o défice orçamental será mais alto do que o previsto em 2013, 2014 e 2015; o défice de 2012 voltou a falhar, passando de 5% do PIB, para pelo menos 6,6%, quando a primeira previsão era de 4,5%; a recessão económica este ano aumentará o seu impacto de 1% do PIB para pelo menos 2,3%; e o desemprego, segundo o Ministro das Finanças, em 2014, deverá passar de 15,9% para 18,5 podendo inclusive derrapar para os 19%.

É, pois este o cenário medonho em que o País está mergulhado. Com a economia a colapsar e na iminência de uma perigosa ruptura social.

Os resultados, infelizmente, estão à vista!

Apesar dos múltiplos avisos de especialistas nacionais e internacionais, o Governo da República optou por seguir o rumo que Churchill um dia descreveu:

"O orgulhoso prefere perder-se a perguntar qual é o seu caminho."

Da política do governo PSD/PP, o saldo é um fracasso.

Do deficit à recessão.

Da dívida ao desemprego.

Contaminando negativamente todos os sectores:

- todos os estratos sociais, incluindo as classes médias.

- todo o país, incluindo a nossa terra.

O governo do país só pensa em cortes e não concretiza medidas em concertação com os parceiros sociais e com o sector financeiro, para um

Programa de crescimento e competitividade económica e para um contrato de financiamento do investimento privado e das empresas.

O orçamento regional continua a ser prejudicado pelo governo central PSD/PP e os açorianos continuam a pagar o defice orçamental do país e a sofrer pela dívida nacional incontrolada quando a dívida pública regional representa apenas 19% do nosso PIB.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

É perante um cenário macroeconómico muito restritivo e com um elevado grau de incerteza para os próximos anos, que o XI

Governo dos Açores, e a maioria parlamentar do PS que o apoia, apresentam as Orientações de Médio Prazo 2013-2016, o Plano e Orçamento para 2013 à consideração desta Assembleia, reafirmando que há outro caminho que pode e deve ser prosseguido para minorar e atenuar os efeitos das condições externas na economia açoriana.

Esta Via Açoriana de protecção do nosso desenvolvimento não é um caminho isento de obstáculos e de algumas dificuldades!

Nem tão pouco permitirá evitar que a crise que veio de fora não nos afecte de forma sentida pelas pessoas e pelos nossas agentes económicos! A nossa ambição é assegurar que isso, acontecendo, nos prejudique o menos possível.

Conhecemos bem a situação na Região e sabemos que, infelizmente, há pessoas e empresas em dificuldades.

Apesar de tudo isso, os Açores têm hoje a segunda menor taxa de desemprego do país. Temos 16.2%, que compara com os 16.9% de média nacional ou os 19.7% da Região Autónoma da Madeira.

Há um ano a Região era a segunda taxa mais elevada do PAÍS!

Hoje, é a segunda mais baixa!

Mas nós não nos conformamos!

Sabemos das dificuldades por que passam as famílias atingidas pelo flagelo do desemprego.

Sabemos das dificuldades porque passam dezenas e dezenas de pessoas em satisfazerem os seus compromissos mais básicos devido à descida dos seus rendimentos.

Nós não esquecemos das nossas pequenas e médias empresas atingidas pela descida do consumo interno e pelas dificuldades

de acesso ao crédito, bem como pela excessiva carga fiscal que compromete a sua tesouraria.

Não vivemos numa região das maravilhas, sem contrariedades e dificuldades!

Mas, recusamos seguir o exemplo do Governo nacional.

O caminho nas nossas ilhas é continuar, aperfeiçoar e acentuar a **agenda açoriana para a competitividade e o emprego.**

A crise chegou de fora e os ventos da mudança terão que ser soprados também de lá, bem o sabemos ...

Mas, nos Açores, temos opções políticas diferentes. Nenhum Governo, em parte alguma do mundo, consegue resolver todos os problemas.

Mas há claras e objetivas diferenças entre ter um Governo que procura atenuar os efeitos da crise através de medidas anti-cíclicas e um Governo que, por outro lado, prefere acentuar a

recessão, cortando nos rendimentos, estrangulando o consumo interno e provocando um séria e perigoso abalo na já de si fragilizada coesão social.

Em tempos de austeridade os portugueses e os açorianos sabem que há uma diferença IMENSA entre serem governados pelo PS ou pelo PSD!

Nos Açores, ao contrário do que acontece no resto do país, esforçámo-nos o máximo que podemos para proteger famílias e empresas mais prejudicadas. Estamos a investir muitos milhões para ajudar desempregados, famílias pobres e empresas em perda.

Diariamente, prestamos apoio às vítimas do desemprego.

Diariamente, trabalhamos com dezenas de empresas, promovendo a sua reestruturação e tentando assegurar a sua viabilidade.

Diariamente, o Governo dos Açores, com muito esforço, apesar da diminuição das receitas e das dívidas do Governo da República à Região, vai cumprindo os seus compromissos.

Sempre que é preciso, o Governo está presente compensando quem necessita, como está a acontecer, por exemplo, com as famílias e os empresários mais uma vez e infelizmente atingidos por catástrofes naturais nos Açores.

Sabemos que mesmo assim, apesar das medidas que tomamos, o desemprego, induzido pela situação nacional, pode continuar a subir.

Mas nós não nos conformamos nem o aceitaremos como uma inevitabilidade!

Governaremos para o evitar!

**Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores**

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

O Governo Regional revelou atributos essenciais na gestão de crises: liderança política, consciência da realidade social e económica, sensibilidade social e capacidade de iniciativa.

Apesar das condicionantes externas, e fazendo a parte que lhe compete no sentido de fazer os Açores ultrapassar a crise económica e social a que está sujeito, em 43 dias de ação, o Governo dos Açores apresentou uma Agenda para Competitividade e Emprego com 60 Medidas que estão projetadas, tendo em conta a sua calendarização de execução, nestes três documentos em discussão neste Parlamento.

Para atingirmos a sustentabilidade da economia açoriana temos de Aumentar a NOSSA Competitividade e a Empregabilidade.

Primeiramente, tendo em vista ATENUAR os efeitos adversos da conjuntura económica e financeira, é fundamental assegurar que mecanismos essenciais para o funcionamento da economia açoriana, como o consumo interno e o crédito bancário, não continuem paralisados pelos efeitos da crise na banca, no emprego e no rendimento.

O apoio às famílias e às empresas, no primeiro caso com a manutenção e reforço do “Estado Social”, e no segundo caso com a promoção de programas de apoio à manutenção de postos de trabalho e linhas de crédito especializadas em reestruturação de crédito bancário e de injeção de liquidez, são, portanto, essenciais para minorarmos alguns dos efeitos recessivos das políticas de austeridade vindas de fora.

O objetivo de reorganização sustentada do nosso sector produtivo e de serviços tendo em vista a melhoria da nossa balança comercial é um objetivo estrutural assumido e consubstanciado no Plano Regional de Investimentos.

Toda a lógica de fomento ao crescimento económico, como foi salientado na discussão do programa de Governo em novembro passado, todo o esforço público nesta área, está assente em quatro premissas base:

- A substituição de importações sem protecionismo;
- O aumento do valor da nossa produção transacionável;
- E o suporte do atual tecido produtivo regional durante o período de ajustamento estrutural.

Para tal, este Plano de Investimentos reforça a sua ação no incentivo às empresas açorianas existentes e outras, novas, que surjam, a incorporarem maior valor acrescentado nos seus

produtos, quer através da diminuição dos custos de produção e de financiamento, quer através da diferenciação dos seus produtos nos mercados alvo.

Contudo, não haja ilusões. Vivemos uma época crítica. Uma época que convoca a máxima responsabilidade e exige de todos os agentes políticos e parceiros sociais, uma atitude construtiva, séria e pedagógica.

O reforço da competitividade, com efeitos reais na nossa balança comercial, só será possível com um esforço considerável das entidades públicas e privadas no aumento da Investigação e Desenvolvimento em contexto empresarial, em parceria com a Universidade dos Açores, na redução dos custos de contexto, no combate à burocracia, na promoção da Marca Açores, nos incentivos públicos ao investimento privado e na diversificação de fontes de financiamento.

Neste sentido, o aproveitamento integral do novo Quadro Comunitário de Apoio – 2014-2020 afigura-se essencial para a promoção da investigação empresarial. De igual modo, o contrato entre a Região e a Universidade dos Açores para a criação de emprego e para o crescimento económico é fundamental para garantir a qualificação profissional dos nossos ativos.

Precisamos igualmente de garantir novos impulsos à dinâmica da nossa economia. Assim, afigura-se essencial avançar no apoio às empresas através da criação, já anunciada, do Balcão da Empresa e do estabelecimento de uma Via Verde para as Exportações.

Para além disso, é crucial garantir tarifas competitivas para exportações por via aérea e marítima e promover o apoio ao transporte direto para mercados alvos.

O empreendedorismo e a captação de financiamento alternativo, como o capital de risco e o investimento externo, são igualmente outras das prioridades do Governo dos Açores para os próximos quatro anos.

A redução de custos de contexto, numa região ultraperiférica, é essencial para garantir a competitividade das nossas empresas. É, pois, essencial redobrar os nossos esforços na racionalização dos consumos energéticos, de eletricidade e de combustíveis de origem fóssil.

Já somos uma Região de referência em termos de Economia Verde. Mas este é um esforço que devemos continuar.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Termino salientando que os desafios que hoje enfrentamos constituem um enorme empreendimento para todos nós, que não pode nem deve ser encarado com ânimo leve.

Não se trata apenas de um problema económico ou financeiro.

É a própria coesão intergeracional que está em causa.

No fundo, é também a essência da democracia.

Tal desígnio não se compatibiliza com o sacrifício improdutivo e insensível imposto pelo Governo da República, mas também não se coaduna com a cultura de irresponsabilidade, os facilitismos, o populismo e a demagogia. O recurso a esses expedientes pode despertar simpatias e atenções mas não resolve problema algum. E, a nossa obrigação é, justamente, resolver os problemas!

Apelamos, por isso, ao sentido de responsabilidade. Não temos que estar de acordo em tudo. Mas todos estamos obrigados a

defender os Açores, muito para além das palavras de circunstância.

Exige-se, a todos, capacidade para manter a esperança. Como dizia Churchill, ***Sejamos ou não crentes, o que é ruim é tirar a esperança ...***

Trabalhemos, pois, a favor da esperança!

Disse

Horta, Sala das Sessões, 19 de Março de 2013

O Deputado Regional: Francisco César